



A questão do Carlos Gomes

ONG é designada pela Prefeitura de Santo André para tocar a reforma do histórico cine-teatro

Mauro Fernando
Da Redação

Uma antiga reivindicação do cidadão andreense, a reforma do Cine-Teatro Carlos Gomes, onde funciona a Escola Livre de Cinema e Vídeo, ainda está envolta por incertezas quanto a prazo. Mas – se encontrado patrocinador – pode ser atendida até o final da gestão Celso Daniel-João Avamileno, em 2004.

Fundada no ano passado, a ONG (Organização Não-Governamental) Cuca (Centro Unificado de Cultura, Arte e Educação Ambiental) é a entidade definida pela Prefeitura por meio do edital de chamamento publicado em 5 de abril para realizar a reforma. A verba será proveniente da iniciativa privada. O dinheiro será captado por meio da Lei Rouanet, de incentivo à cultura via isenção fiscal.

O edital convocou “pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos e com atividades institucionais voltadas ao setor cultural a firmarem termo de cooperação”. O objetivo: “Formulação de projeto para a captação e co-administração de recursos externos (...) vocacionados à reconstrução” do Carlos Gomes. Embora o resultado tenha sido publicado em 13 de abril, o termo de cooperação ainda não foi assinado.

O Cuca, cuja sede fica em São Bernardo, é responsável pelas várias etapas do processo determinadas pela Lei Rouanet. É necessário inscrever o projeto cultural na lei – há um formulário que deve ser enviado ao Ministério da Cultura. Precisa-se, é claro, confeccionar o projeto, com todos os detalhes – o que inclui o projeto da obra. Passa-se, então, à fase da captação de recursos. Além disso, há



Luciano Vicioni 10/12/97

Simbolo: a estrela localizada no teto do cine-teatro, preservada desde sua abertura, em 1925

a prestação de contas ao Governo Federal.

Esse processo será acompanhado pela Prefeitura. O edital força a constituição de uma comissão paritária formada por representantes da Prefeitura e da entidade. “Optamos por esse processo porque o dinheiro da Prefeitura está curto”, afirma o secretário de Cultura de Santo André, Acylino Bellisomi. O edital está amparado pela lei municipal nº 7.671/98, de 18 de junho de 1998, regulamentada pelo decreto municipal nº 14.487/2000, de 13 de março de 2000.

Segundo o presidente do Cuca, Marcos Fávero, o projeto a ser enviado para a aprovação do Ministério da Cultura está “estimado em R\$ 3,5 milhões”. Esse valor inclui “a obra (R\$ 2,6 milhões), o plano de mídia do patrocinador (R\$ 700 mil), o captador de recursos (R\$ 100 mil) e as despesas da ONG (R\$ 100 mil)”. Bellisomi não descarta a utilização de “até R\$ 600 mil do Fundo de Desenvolvimento Urbano”. A questão do prazo envolve variáveis. O projeto deve ser remetido para Brasília no próximo mês. “Em média, são 60 dias para que ele seja aprovado. A captação de recursos pode levar oito meses e a reforma, onze”, diz Fávero. Já a Secretaria de Cultura trabalha com o prazo de dois anos.

O projeto arquitetônico, desenhado pelo escritório Brasil Arquitetura, de São Paulo, está pronto desde 1999. “Mas não está detalhado no nível técnico”, afirma Fávero. A contratação da empresa que fará a obra é responsabilidade da ONG. Há, ainda, a possibilidade de o patrocinador explorar o espaço cultural com ferramentas de marketing. Ele pode, por exemplo, acoplar o seu nome ao do cine-teatro. Mas isso depende de mais negociações.

Mais informações na página 2

memória



Banco de Dados



Celso Luiz 17/6/99

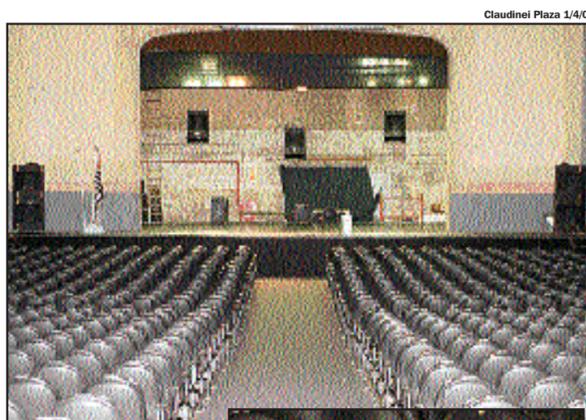
O Carlos Gomes foi transferido para a rua Senador Flaquer em agosto de 1925. Erguido em arquitetura neoclássica, foi um dos primeiros prédios no Brasil especialmente construído para abrigar uma sala de cinema. Sua fundação, na rua Cel. Oliveira Lima, data de 12 de setembro de 1912

A maquete do escritório Brasil Arquitetura; o projeto entregue à Prefeitura em 1999 prevê uma reestilização do espaço, hoje funcionando com uma hesitante programação de cinema (o longa nacional *Ed Mort* já foi exibido dezenas de vezes) e como sede de uma disciplina da Escola Livre de Cinema e Vídeo



Banco de Dados

Após experimentar a decadência nos anos 70, o espaço se transformou em estacionamento e, depois, em varejão de tecidos



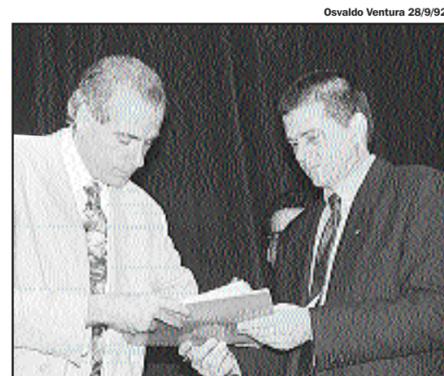
Claudinei Plaza 1/4/02

Oswaldo Ventura 28/9/92

No mês passado, o **Diário** esteve no local e constatou a necessidade de uma total reestruturação; há sinais de infiltração nas paredes, cadeiras rasgadas e os camarins estão desativados



Claudinei Plaza 1/4/02



Em dezembro de 1990 o prefeito Celso Daniel declarou o imóvel de utilidade pública; o desapropriou em 1991 e o reinaugurou em 1992



Claudinei Plaza 1/4/02

O movimento popular SOS Carlos GOMES colheu 23 mil assinaturas em 1987 para que a Prefeitura desapropriasse o prédio

Celso Daniel também esteve presente na reinauguração do espaço como cineclubista, em 1997



Reinaldo Marques 12/12/97